

SANTÍSSIMO
OFÍCIO
DA INQUISIÇÃO



SANGUE NA ENCRUZILHADA

Bruxaria, seitas, crimes rituais e pânicos
sagrados na história brasileira,
da Colônia ao século XXI

Tomás Donato Gallo

SANGUE NA ENCRUZILHADA

Bruxaria, seitas, crimes rituais e pânicos sagrados na história brasileira, da Colônia ao século XXI

Tomás Donato Gallo



Amostra de leitura · © Tomás Donato Gallo / Rooster Books Publishing · Uso promocional

APRESENTAÇÃO

Um ensaio sobre bruxaria, seitas, crimes rituais e pânicos sagrados na história

brasileira, da Colônia ao século XXI. A obra percorre Inquisição, lendas regionais,

religiosidade, medo coletivo e desvios do sagrado, distinguindo documento, folclore,

construção social e narrativa criminal.

Bruxaria, seitas, crimes rituais e pânicos sagrados na história brasileira, da Colônia ao século XXI

NESTA OBRA VOCÊ ENCONTRARÁ...

- 1 A noite em que o Brasil acendeu suas velas negras
- 2 Entre o calundu e o inquérito: por uma criminologia do sagrado desviado
- 3 A Terra de Santa Cruz como território do Diabo
- 4 Mofina Reigada e as “Evas coloniais”: mulheres, cura e desejo diante da Inquisição
- 5 A casa onde a vela nunca apaga
- 6 A Mãe de Sete: maternidade, judaísmo secreto e lenda inquisitorial na Paraíba
- 7 Bruxas da Ilha de Santa Catarina: herança açoriana, litoral, construção folclórica e lenda arquivística

A seguir começa uma amostra selecionada do texto original.

AMOSTRA DE LEITURA

A noite em que o Brasil acendeu suas velas negras Há países que parecem ter sido fundados sobre uma ata notarial, outros sobre uma batalha, outros ainda sobre uma promessa de salvação. O Brasil, porém, nasceu também sobre uma suspeita. Antes mesmo que seus rios fossem medidos, suas matas descritas, suas línguas traduzidas e seus mortos contados, já se projetava sobre a terra recém-encontrada uma sombra teológica: a de que, sob a exuberância do mundo novo, talvez se escondesse uma província do Diabo. A floresta era verde demais, o corpo indígena livre demais, a noite sonora demais, os animais fabulosos demais, as mulheres perigosamente conhecedoras de ervas, partos, sangues e rezas; e, quando uma civilização chega a outra munida de cruz, espada e tribunal, tudo aquilo que não compreende logo se converte em idolatria, feitiço ou pacto. A América portuguesa não conheceu, em escala comparável, as fogueiras sistemáticas que devastaram certas regiões da Europa moderna. Mas isso não a tornou imune à perseguição. A Inquisição portuguesa não precisou instalar, de modo permanente, um grande tribunal em solo brasileiro para que seu olhar atravessasse o Atlântico. Bastaram visitas, denúncias, confissões, boatos, cartas, devassas e o medo persistente de que uma palavra mal rezada, uma comida preparada de certo modo, uma vela acesa em hora imprópria, um pó guardado na dobra da roupa ou uma mulher que sabia curar o desejo fossem sinais de uma aliança com o invisível. A Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, conduzida por Heitor Furtado de Mendonça entre 1591 e 1595, percorreu especialmente as capitanias da Bahia e de Pernambuco, deixando um rastro documental que ainda hoje permite ouvir, por entre a poeira dos processos, a respiração inquieta da Colônia. Foi ali, entre o confessionário e a cozinha, entre o altar e o catre, entre o engenho e a mata, que se formou uma das primeiras gramáticas brasileiras do medo. Não era ainda o medo moderno da seita satânica, nem o pânico televisivo da criança desaparecida, nem a manchete policial que transforma uma vela preta em prova metafísica. Era uma ansiedade mais antiga: a de que o mundo visível estivesse furado por passagens clandestinas. O demônio, os mortos, os encantados, os santos, os orixás ainda não nomeados nos termos que a posteridade lhes daria, os espíritos da mata, os antepassados africanos, os animais dotados de intenção e os deuses estrangeiros conviviam num território que o colonizador desejava ordenar, mas que teimava em responder com símbolos alheios. Laura de Mello e Souza, em sua obra fundamental *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1986), demonstrou como a experiência colonial brasileira foi atravessada por uma religiosidade popular exuberante, onde o catolicismo oficial se misturava a práticas mágicas,

curas, adivinhações, erotismos rituais e sobrevivências culturais que escapavam ao controle dos poderes eclesiásticos. A importância desse livro não está apenas em narrar casos de feitiçaria; está em mostrar que a Colônia era um laboratório de traduções violentas, onde práticas de cura podiam ser lidas como bruxaria, estratégias de sobrevivência podiam ser vistas como pacto e a cultura dos dominados podia ser convertida em prova contra eles próprios. A palavra “bruxa”, no Brasil, sempre teve essa ambiguidade. Ela não nomeia apenas uma mulher que teria celebrado pactos noturnos com o Mal. Nomeia, antes, uma zona de desconforto. Bruxa podia ser a mulher pobre que conhecia ervas; a parteira que tocava o corpo feminino fora do olhar masculino; a cristã-nova que acendia uma vela segundo uma memória familiar interdita; a indígena cuja relação com plantas, espíritos e animais não cabia na catequese; a africana escravizada que trazia, costurada ao corpo, uma bolsa de mandinga; a benzedeira que curava aquilo que o padre condenava e que o médico ainda não sabia tratar. A bruxa brasileira foi menos uma sacerdotisa do mal do que uma personagem construída pela desconfiança: o nome dado à mulher que sabia algo que os outros não sabiam, ou que sabia de um modo que a autoridade não podia tolerar. Mas este livro não começa nem termina na Colônia. A suspeita mudou de roupa. Quando a Inquisição perdeu força, a polícia herdou uma parte de seu vocabulário. Quando o Diabo deixou de ser explicação suficiente para a cidade moderna, surgiram outras palavras: degenerescência, histeria, charlatanismo, macumba, fanatismo, psicopatia, seita, satanismo. O tribunal mudou de forma; a fogueira tornou-se manchete; o auto de fé transformou-se em coletiva de imprensa; a confissão arrancada sob medo passou a disputar espaço com o laudo pericial; e a multidão, que antes se reunia diante do suplício, começou a reunir-se diante do rádio, do jornal, da televisão e, mais tarde, da tela luminosa do telefone. É por isso que esta obra não se limita à história da bruxaria. Ela procura algo mais subterrâneo: a história brasileira da ritualização do crime. Há crimes que nascem de ritos; há ritos que são acusados de crimes; há crimes comuns que, pela disposição do corpo, pela presença de objetos simbólicos, pela mutilação da vítima ou pela fome narrativa da opinião pública, acabam convertidos em rituais imaginados. E há, ainda, o caso mais perigoso: quando a sociedade, incapaz de suportar a banalidade brutal do mal humano, prefere atribuí-lo a uma seita, a uma bruxa, a um demônio ou a uma religião alheia. A encruzilhada, portanto, será aqui mais que imagem. Será método. De um lado, a história documentada: visitas inquisitoriais, arquivos, autos, inquéritos, decisões judiciais, laudos, livros, hemerotecas, pesquisas antropológicas. De outro, a lenda urbana: casas malditas, matas que devolvem vozes, crianças que aparecem em sonho, cemitérios onde ossos desaparecem, carros escuros que levam meninos, cidades que murmuram que “todos sabem quem foi”. Entre ambos, uma verdade

incômoda: a lenda não prova o crime, mas prova o medo. O boato não substitui o documento, mas revela aquilo que uma comunidade deseja acreditar. A assombração não absolve nem condena; contudo, muitas vezes, explica melhor a ferida social do que a sentença. O Brasil é especialmente fecundo para essa investigação porque sua história religiosa não é uma linha reta, mas um delta. Catolicismo colonial, matrizes africanas, cosmologias indígenas, judaísmo secreto, espiritismo kardecista, pentecostalismos, esoterismos importados, messianismos sertanejos, cultos urbanos, devoções domésticas e crenças populares formaram um país no qual o sagrado nunca coube inteiramente no templo. Ainda hoje, os dados oficiais indicam um campo religioso em transformação: o Censo 2022 registrou queda proporcional dos católicos para 56,7% , crescimento dos evangélicos para 26,9% , aumento dos sem religião para 9,3% e crescimento das declarações de umbanda e candomblé de 0,3% em 2010 para 1,0% em 2022. Esses números importam não apenas como estatística, mas como indício de uma sociedade onde a pluralidade religiosa se tornou mais visível — e, por isso mesmo, também mais disputada. A visibilidade, porém, não protege automaticamente contra a intolerância. Muitas vezes a acentua. Religiões afro-brasileiras, por exemplo, foram e continuam sendo alvo de demonizações que confundem oferenda com crime, sacrifício animal com assassinato humano, Exu com Satanás , terreiro com seita e tambor com ameaça. É preciso dizê-lo desde a primeira página: este livro não será uma peça de acusação contra o candomblé, a umbanda, a jurema, o catimbó, a pajelança, o espiritismo ou qualquer outra tradição religiosa. Ao contrário, uma de suas tarefas será demonstrar como o preconceito religioso, racial e cultural frequentemente fabricou monstros onde havia apenas alteridade. Mas seria igualmente ingênuo negar que, em determinados momentos da história brasileira, indivíduos ou grupos usaram linguagens religiosas, mágicas, messiânicas ou ocultistas para legitimar violência. A Pedra Bonita , no sertão pernambucano do século XIX, permanece como uma das imagens mais perturbadoras dessa possibilidade: sangue, sebastianismo, promessa de desencantamento, massas conduzidas por uma esperança feroz e mortífera. No século XX e XXI, outros episódios — alguns comprovados, outros controversos, outros reabertos por novas investigações — reacenderam a velha pergunta: quando um corpo aparece mutilado, quando uma criança desaparece, quando velas, números, cortes ou símbolos entram na cena, estamos diante de rito, encenação, delírio, fraude, pânico moral ou simples brutalidade humana? Essa pergunta atravessará os capítulos dedicados a Daniella Perez Gazolla , a Evandro Ramos Caetano , a Leandro Bossi , aos meninos de Altamira, à Lineamento Universal Superior , a Valentina de Andrade , aos crimes atribuídos à magia negra, ao caso de Rozana da Silva Nascimento , aos Canibais de Garanhuns e ao episódio de Novo Hamburgo . Mas

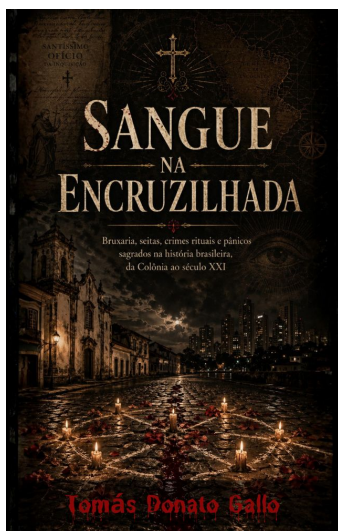
nenhum desses casos será tratado como espetáculo. A morte violenta, sobretudo quando envolve crianças, exige uma ética da linguagem. O cadáver não é ornamento narrativo; é o último território de uma pessoa. O horror pode ser estudado, mas não deve ser explorado como feira. No caso de Guaratuba, por exemplo, a própria história judicial tornou-se um labirinto. Aquilo que por décadas foi narrado sob o signo das “bruxas” e do sacrifício satânico foi, pouco a pouco, corroído por denúncias de tortura, contradições processuais e revisões públicas de enorme impacto. O caso mostra com rara crueldade como a palavra “ritual” pode contaminar uma investigação inteira: ela cria pressa, fabrica monstros, organiza a imaginação policial, oferece ao público uma história fechada antes que a verdade tenha sido alcançada. Em crimes assim, o pânico sagrado não é apenas consequência do fato; às vezes, torna-se parte do próprio mecanismo que deforma a justiça. Por isso, a expressão que dá subtítulo a esta obra — pânicos sagrados — deve ser compreendida com precisão. Não se trata apenas do medo religioso. Trata-se do instante em que uma comunidade, diante de uma violência insuportável, convoca o sagrado para explicá-la. Esse sagrado pode ser cristão, demonológico, africano mal compreendido, indígena demonizado, esotérico, satânico, messiânico ou simplesmente inventado pela imprensa. O pânico sagrado é o medo que acende velas e acusa pessoas; que reza e persegue; que chora uma vítima e, ao mesmo tempo, precisa encontrar um culpado à altura do horror. É, em suma, o medo que transforma o crime em mito. Este livro caminhará por três grandes territórios. Primeiro, a Colônia encantada e vigiada, onde a Inquisição, a catequese e a escravidão produziram as primeiras figuras brasileiras da bruxa, do feiticeiro, do herege e do corpo pactuado. Depois, o Império e a República, onde messianismos, curandeirismos, macumbas perseguidas, imprensa policial e medicina legal substituíram o velho Diabo por novas formas de anormalidade. Por fim, o Brasil contemporâneo, onde seitas reais ou imaginadas, satanismos alegados, crianças desaparecidas, erros judiciários, crimes canibais e redes sociais demonstram que a modernidade não aboliu o pensamento mágico: apenas lhe deu novos aparelhos de difusão. Entre esses territórios, surgirão interlúdios. Eles serão pequenas câmaras de eco: a casa onde a vela nunca apaga, a mata que devolve vozes, a encruzilhada dos nomes esquecidos, o cemitério que fala depois da meia-noite, o carro preto e a Kombi branca que levam crianças, as bruxas que a cidade inventa, os meninos que aparecem em sonho, a cidade que guarda o pacto. Neles, o livro se permitirá ouvir a voz da lenda — não para confundi-la com prova, mas para entendê-la como documento do imaginário. Porque o Brasil não guarda apenas arquivos em cartórios e tribunais; guarda arquivos na fala baixa das cozinhas, nas histórias de avós, nos becos, nos terreiros, nas igrejas, nos cemitérios e nos nomes que uma cidade inteira pronuncia com medo. Há uma antiga tentação nos livros sobre crimes rituais:

prometer ao leitor uma galeria de horrores. Esta obra recusará essa facilidade. O horror estará presente, inevitavelmente; mas não como ornamento. Ele será examinado como sintoma. Cada vela, cada corte, cada rumor de pacto, cada acusação de magia negra, cada manchete sobre seitas e cada lenda sobre crianças sacrificadas serão interrogados como se fossem inscrições num muro antigo. O que dizem sobre o criminoso? O que dizem sobre a vítima? O que dizem sobre a sociedade que assiste? O que dizem sobre o país que, ao longo de séculos, confundiu tantas vezes o sagrado do outro com ameaça? Talvez, ao fim, descubramos que a encruzilhada brasileira não é apenas um lugar de oferenda ou de medo. É também um espelho. Nela se encontram o senhor de engenho e a escravizada benzedeira; o inquisidor e a mulher acusada; o pajé e o missionário; o delegado e a mãe que procura o filho; o jornalista e o boato; o juiz e a confissão; o terreiro perseguido e a seita criminosa; a vítima real e o monstro imaginado. Todos chegam ali trazendo alguma coisa: uma vela, uma faca, um processo, uma fotografia, uma mentira, uma oração, um resto de sangue, uma pergunta. E a pergunta, talvez, seja esta: quando o Brasil olha para seus crimes mais obscuros, ele procura a verdade — ou procura uma mitologia capaz de suportá-la?

Introdução Entre o calundu e o inquérito: por uma criminologia do sagrado desviado Todo livro sobre crimes rituais corre o risco de ser devorado por seu próprio objeto. O sangue atrai a imaginação; a mutilação exige uma causa grandiosa; a criança desaparecida convoca fantasmas; a vela preta, mesmo quando nada prova, parece iluminar uma sala secreta da História. Há, portanto, uma armadilha no tema: quanto mais obscuro o crime, maior a tentação de transformá-lo em símbolo; quanto mais frágil a prova, mais poderosa se torna a lenda. O propósito desta obra é precisamente atravessar essa zona instável sem confundir suas margens. Nem todo crime chamado ritual é ritual. Nem todo rito é crime. Nem toda bruxaria é prática demoníaca. Nem toda seita é homicida. Nem toda acusação de magia negra passa de uma tradução preconceituosa do sagrado alheio. Mas também não se deve negar que, em certos episódios, a violência humana revestiu-se de linguagem mística, messiânica, sectária ou sacrificial para legitimar o intolerável. Esta obra nasce, portanto, de uma pergunta tripla: quando um crime se torna ritual? Quando uma religião é convertida em suspeita? E quando o medo coletivo fabrica uma bruxa para explicar aquilo que a justiça ainda não compreendeu? A resposta não poderá vir de uma única disciplina. A criminologia, sozinha, identifica condutas, perfis, provas, motivações e estruturas legais; mas nem sempre compreende o peso simbólico de uma encruzilhada, de uma vela, de um corpo disposto em determinada posição ou de uma palavra ritual retirada de seu contexto. A antropologia das religiões, por sua vez, decifra mitos, gestos, oferendas, possessões, trânsitos e cosmologias; mas pode tornar-se insuficiente

... A leitura continua na edição completa.

FIM DA AMOSTRA



SANGUE NA ENCRUZILHADA

A leitura continua na edição completa.

AMAZON

KINDLE / EPUB

Disponível na Amazon · eBook Kindle/EPUB · Rooster Books Publishing